

ARTIGO

VIOLÊNCIA E ESVAZIAMENTO HUMANO NA DOMINAÇÃO DO CAPITAL FICTÍCIO EM CRISE (UM BREVE OLHAR)

VIOLENCE AND HUMAN EMPTINESS IN THE DOMINATION OF FICTITIOUS CAPITAL IN CRISIS (A BRIEF LOOK)

CARLOS LIMA¹

O político, esse é o problema. O neoliberalismo é seu coveiro. [...] O "cidadão" não é mais do que mera marionete do acionista. O refinamento das técnicas de publicidade, que enobrece os antigos "reclames", e do *marketing*, cuja polivalência "lança" um artista *pop*, um romancista, um gerente, um senador ou um primeiro-ministro como se fossem uma marca de sabonete ou de fraldas, reveste os desejos de consumo, criados em toda a extensão das prateleiras dos grandes mercados, de seduções muito eficazes. [...] Venda, compra, espetáculo: os corpos, notadamente de mulheres, são os "portadores" favoritos, derubando as últimas barreiras entre público e privado, entre exposto e íntimo.

Georges Labica

RESUMO

A violência no mundo do capital é a tônica maior. Em todos os lugares da extensa e profunda divisão social do trabalho, a violência se encontra presente. Na realidade, esta é imanente ao mundo do capital, pois no momento em que transforma o trabalhador em mercadoria, e mesmo antes de transformá-lo em trabalhador livre, o expropria de seus meios de produção. Este trabalho enfatiza que a violência não é um fenômeno natural, e, sim, social. Na primeira seção o fenômeno da violência é apresentado na própria dinâmica capitalista. Na segunda seção traça-se uma discussão sobre o desenvolvimento e crise do mundo globalizado e o aumento da violência hoje. Na terceira seção concluímos o trabalho retomando a "totalidade" tanto do esvaziamento humano, quanto da derrocada do capitalismo em crise.

Palavras-chave: violência; não-mercadoria; trabalho produtivo; trabalho improdutivo; esvaziamento humano.

ABSTRACT

Violence in the world of capital is the prevailing tone. In every corner of the vast and profound social division of labor, violence is present. In reality, it is immanent to the world of capital, for the moment it transforms the worker into a commodity—and even before transforming them into a free worker—it expropriates them from their means of production. This work emphasizes that violence is not a natural phenomenon, but rather a social one. In the first section, the phenomenon of violence is presented within the very dynamics of capitalism. In the second section, we outline a discussion on the development and crisis of the globalized world and the increase in violence today. In the

1. Doutor em Política e Programação Econômica por Paris I, Panthéon/Sorbonne. Professor colaborador da Universidade de Brasília (UnB), orientador de mestrado e doutorado do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais (PPGPS) do Departamento de Serviço Social da UnB e membro dos Grupos de Pesquisa NEBC, POLITIZA e VIOLES/PPGPS/UnB com certificados pelo CNPQ. Aposentado em 2020 e continua a ministrar aulas como professor colaborador na Graduação de Serviço Social e na Pós-Graduação em Políticas Sociais da UnB. E-mail: karlima@terra.com.br.

third section, we conclude the work by returning to the “totality” of both human depletion and the collapse of capitalism in crisis.

Keywords: violence; non-commodity; productive labor; unproductive labor; human depletion

1 PROLEGÔMENOS

Vários são os métodos que procuram apreender o real, mas, do nosso ponto de vista, só a dialética materialista permite colocar o objeto em uma totalidade maior que o determina. Neste sentido, o fenômeno, a ser aqui desenvolvido, se insere no modo capitalista de produção. Este, por sua vez, tem como categoria mais simples e elementar a mercadoria. Assim sendo,

À primeira vista, a riqueza burguesa aparece como uma descomunal acumulação de mercadorias, e a mercadoria individual como sua existência elementar. Sem embargo, toda mercadoria se apresenta sob o duplo ponto de vista de *valor de uso* e *valor de troca* (Marx, 2008a, p. 9, tradução nossa, grifo nosso).

A forma social mercadoria que os produtos do trabalho humano adquirem no capitalismo se constitui em uma unidade contraditória: valor de uso/valor de troca, trabalho concreto/trabalho abstrato, trabalho privado/trabalho social, trabalho vivo/trabalho morto, forma relativa/forma equivalente do valor etc. É o desdobramento e desenvolvimento do mundo das mercadorias que vai produzindo e reproduzindo esta forma social e, conseqüentemente, novas contradições que se somam às antigas vão aparecendo no seu caminhar. Assim sendo, este desdobramento e desenvolvimento se apresenta sob roupagens distintas: como o dinheiro, o capital constante, a mercadoria força de trabalho e nas inúmeras formas sociais, desde a categoria mais simples e elementar às categorias mais complexas desse modo de produção.

Alguns condicionantes históricos são necessários e, mesmo, indispensáveis para que o capital se efetive e passe a dominar as relações sociais de exploração que o caracterizam.

Em primeiro lugar, há a necessidade de que os transportes e o comércio tenham se desenvolvido para que as mercadorias possam ser transportadas e comercializadas.

Em segundo lugar, os meios de produção – instrumentos e objeto de trabalho – têm que funcionar como e enquanto capital. Não é suficiente que a máquina seja um instrumento de trabalho. Na realidade ela tem que funcionar como capital constante fixo nas mãos do trabalhador assalariado, que se encontra sob o domínio do funcionário do capital, o capitalista. As matérias primas e auxiliares têm que funcionar como capital constante circulante.

Em terceiro lugar, o proprietário dos meios de produção e subsistência tem que encontrar, no mercado, a mercadoria que valorizará seu capital, a força de trabalho, a qual se constitui no capital variável quando sob o domínio do capitalista no processo produtivo/consuntivo, funcionando como tal e tendo as funções: a) de conservar o valor dos capitais fixo e circulante; b) de produzir o valor de sua reprodução ao conceder crédito ao capitalista e, c) de ampliar, acrescer o que a tritura, esmaga, que é o capital que a domina, a subjuga, a devora, a eviscera. Ela, força de trabalho, funciona como suporte de valor, já que leva e carrega os predicados ao mercado. Assim, o sujeito na *relação capital* é o próprio capital, enquanto que a mercadoria e o dinheiro são predicados do sujeito². Nesse sentido, o valor de troca aparece como determinante do processo de trabalho que engendra o capital, enquanto que, nas formações econômico-sociais pretéritas, a determinação do processo produtivo era o valor de uso. A sociedade capitalista, produto do desenvolvimento histórico anterior, se apresenta, então, como a sociedade mercantil mais desenvolvida. Os produtos do trabalho humano, assim como o próprio homem, assumem a forma social mercadoria: são produzidos para a troca, visando a produção e apropriação do mais-valor. O inusitado não é produzir-se mercadoria, mas, sim, o homem ter virado mercadoria.

Portanto, uma vez que a força de trabalho se encontra no mercado como mercadoria de seu possuidor, como mercadoria cuja venda ocorre sob a forma de pagamento do trabalho, sob a figura de salário, então sua compra e venda não representa nada mais surpreendente que a compra e venda de qualquer outra mercadoria. O característico não é que se possa comprar a mercadoria força de trabalho, senão que a força de trabalho apareça como mercadoria (Marx, 2008c, p. 36, tradução nossa).

2. Assim sendo, “as formas autônomas, as formas dinheiro que adota o valor das mercadorias na circulação simples, se reduzem a mediar o intercâmbio mercantil e desaparecem no resultado final do movimento. Em troca, na circulação D – M – D funcionam ambos, a mercadoria e o dinheiro, só como diferentes modos de existência do valor mesmo: o dinheiro como seu modo geral de existência, a mercadoria como o seu modo de existência particular ou, por assim dizê-lo, só disfarçado. O valor passa constantemente de uma forma a outra sem perder-se nesse movimento, convertendo-se assim em um sujeito automático.” MARX, Karl. *El capital* b, L. I, T. I, Vol. I, México, Siglo XXI, 2009b, p. 188. Ver também, FAUSTO, Ruy. *Dialética marxista, humanismo, anti-humanismo*. In: FAUSTO, Ruy. *Marx lógica & política*, T. I, SP/Brasiliense, 1983, p. 29 - 40.

2 DESENVOLVIMENTO DA VIOLÊNCIA NA ECONOMIA CAPITALISTA

O que aparece na circulação mercantil como sendo uma troca que pressupõe a igualdade – venda da força de trabalho pelo seu proprietário e compra pelo capitalista – é, na realidade, uma violência contra o trabalhador, pois o mais-valor é trabalho não pago apropriado gratuitamente pelo capitalista, revestindo, na circulação, a aparência de uma troca entre iguais. O aparecer social manifesta, nesta esfera, as formas sociais mais diversas. No plano das ideias, estas devem ter uma aparência real para poder circular.³ Portanto, a função do processo de circulação das ideias dominantes se constitui, entre outras coisas, no amortecimento da combatividade operária. A título de exemplificação, podemos afirmar que o dinheiro é a forma social pela qual todas as mercadorias são trocadas em determinadas proporções, servindo de anestésico aos cidadãos no momento mesmo em que este aparenta equalizar todos os indivíduos na sociedade, afinal de contas todas as pessoas o manuseiam para as trocas mercantis. Na realidade, o dinheiro tem que representar as relações conflitivas contraditórias e, mesmo, antagônicas das relações sociais na dinâmica capitalista. Assim sendo, dinheiro é poder sobre homens e coisas. Embora esse fato dê a sensação de igualdade entre os cidadãos, a essência do ato é que os agentes sociais em tela possuem poderes sociais diferenciados, já que *“com ele levo comigo, no bolso, o poder social universal e o vínculo social universal.*

O dinheiro põe o poder social enquanto coisa nas mãos da pessoa privada que enquanto tal exerce esse poder. O vínculo social, o processo mesmo de metabolismo se apresenta nele como algo totalmente externo, carente de toda relação individual com seu possuidor e, em consequência, faz com que o poder que exerce essa pessoa apareça como algo inteiramente fortuito, exterior a ela (Marx, 2008a, p. 189).

Portanto, a influência da pessoa nos processos coletivos é diretamente proporcional a esse poder. Assim, no jogo de forças sociais, nas lutas sociais, os cidadãos não se encontram irmanados como advoga a ideologia equilibrista, individualizante, e, sim, a classe dominante luta para manter o *status quo*, enquanto que a classe dominada tem, por destino histórico, destruir a dominação de classe. Dependendo das condições econômico-sociais, a ideologia dominante obstaculiza tal *desideratum* próprio à classe trabalhadora. A ideologia dominante, ideologia burguesa, ao ser veiculada e consumida, obscurece as relações reais, conflitivas, contraditórias e antagônicas que são produzidas e reproduzidas no mundo do

3. Ver a respeito, CAMPOS, Lauro. Mecanismos de produção da ideologia. In: CAMPOS, Lauro. **A crise da ideologia keynesiana**. São Paulo: Boitempo, 2016a. 352 p.

capital. As dificuldades para a libertação da classe dominada são múltiplas. O trabalho de desmistificação da ideologia da classe capitalista não é tarefa fácil. Além de lutar contra as aparências enganosas da circulação de homens e coisas, a classe trabalhadora tem que envidar esforços no sentido de combater a falta de formação, informação, conhecimento e ainda tem que lutar contra a manipulação dos meios de comunicação de massa que servem aos interesses da burguesia, como a avalanche de não-mercadorias culturais – kwais, tiktoks, pedofilia, bets etc.–, que contribuem, sobremaneira, para a despolitização e alienação dos trabalhadores no que tange ao entendimento de suas relações reais.

É o próprio desdobramento e desenvolvimento do capitalismo que possibilitará o apreender em sua positividade e negatividade. As crises intermitentes – produzidas pelo desenvolvimento contraditório intra e entre departamentos, tanto de meios de produção quanto de meios de consumo e de suas relações que solaparam e solapam o capitalismo desde o século XIX até hoje –, são a manifestação concreta das relações espasmódicas que (des)norteiam, envelopando a apreensão deste modo de produção pela classe trabalhadora.

Não interessa, para o processo de reprodução ampliada do capital, se grande parte da sociedade está faminta, sem dinheiro, sem saúde, sem trabalho, sem educação, sem cultura. O capitalista vislumbra o lucro, a valorização do capital em qualquer um de seus variegados estágios, não sentindo o cheiro que exala da miséria (des)humana por ele produzida. A violência é diretamente proporcional à magnitude do processo de acumulação ampliada do capital, que implica no aumento de sua composição orgânica e, assim, os proprietários dos meios de produção e subsistência são obrigados, pela concorrência intra classe capitalista e entre classes sociais, a investir em máquinas diminuindo relativamente o peso do capital variável no capital total, enquanto cresce a participação do capital constante não criador de mais-valor. A dinâmica inerente ao capital se constitui em uma violência ao trabalhador quando o substitui pela coisa, pela máquina, pela gelidez do aço na sua utilização capitalista, enquanto a força de trabalho frequente e habita a rua da amargura. Ao investir em máquinas, tem-se o aumento da produtividade, da intensidade do trabalho e a diminuição do custo unitário da mercadoria, ao mesmo tempo em que aumenta a massa de mercadorias. O que os capitalistas perdem na unidade, em tese ganham na massa delas produzida. O problema que se põe é que, ao investir em máquinas, há uma diminuição relativa da massa salarial, o que provoca uma crise de insuficiência de demanda, como

já havia sido diagnosticada pelos subconsumistas Malthus, Sismondi, Hobson, Marx, R. Luxemburgo, Keynes e tantos outros. Dito de outra forma, a dinâmica capitalista é autofágica: provoca crises de subconsumo, realização, sobreacumulação de capital, baixa da taxa de lucro, dívida pública, desproporção entre departamentos da economia etc.

A mais séria crise que abalou os alicerces da sociedade capitalista foi, iniludivelmente, a de 1929 quando a ideologia liberal e o mundo fundado em uma estrutura bi departamental (departamento I, produtor de máquinas de produzir máquinas; e, departamento II, produtor de meios de consumo) não mais puderam se reproduzir ampliadamente. A negação do mundo das mercadorias atinge seu ápice na crise de 1929. Por um lado, a estrutura macroeconômica não mais pôde dinamizar-se fundada nos dois departamentos, uma vez que o diagnóstico malthusiano e sismondiano se fazia presente, qual seja, havia uma insuficiência de demanda de bens de consumo na economia e, por outro lado, a ideologia liberal chegara ao seu *finishing*, visto que a mão invisível do mercado já havia, inclusive, mostrado ao que viera: era a mão armada. Os obstáculos criados pela dinamização contraditória do capital, além de provocar as crises a ele inerentes, as amplificam. Quando só existia o departamento II, as crises capitalistas eram de subconsumo e de realização. Foi Simonde de Sismondi que, em 1819, detectou as crises de subconsumo como iminentes à dinâmica capitalista, ou seja, a impossibilidade de o capitalismo viver sem crises. Como vaticinava o pensador suíço: para manter “o atual ordenamento social” que implica na existência de ricos e pobres em sua reprodução, o Estado deve intervir na sociedade. Ele foi o primeiro teórico a fazer uma análise dinâmica do capitalismo. Segundo Schumpeter:

Sismondi teve o mérito, que não tem que dividir com ninguém, senão talvez com Quesnay, de descobrir que os fenômenos de transição não põem somente problemas de adaptação prática, mas da teoria fundamental. Eles participam mesmo da essência do processo econômico que se desenvolve no curso de *número de períodos* distintos, mas ligados uns aos outros. As diferentes sequências se encadeiam de uma forma que não é neutra: elas favorecem a aparição de certos fenômenos, mas afastam outros. No jogo das variáveis aparecem atrasos e *deslocamentos*. Assim, um exemplo simplificado, no curso de um período t a renda gasta é aquela que corresponde à produção do período $t - 1$, enquanto que a renda correspondente à produção do período t só estará disponível no período $t + 1$. Sismondi abordava um mundo de problemas que, para a economia ricardiana inexistiam, como também em qualquer outro sistema do mesmo gênero. Finalmente, o grande mérito de Sismondi é de ter sido o primeiro a utilizar sistemática e explicitamente a análise por períodos, método caro a análise dinâmica (Schumpeter, 1983, p. 163-64, tradução nossa).

Sismondi reconhece que no mundo do capital o trabalho humano aumentou em muito a sua produtividade, mas o capital, essa “grandeza frutificada de valor” (Sismondi), não tem condições de a todos empregar. A solução proposta por este pensador suíço foi a produção de bens de luxo, já que o estômago da sociedade para demandar as mercadorias necessárias à reprodução social é limitado, não pelo fato de inexistirem pessoas necessitadas de alimento e, sim, porque estas não têm renda, pois lhes falta trabalho, ou seja, porque o “ordenamento social” para manter a relação de poder entre as classes sociais não pode empregar todos os potenciais trabalhadores, visto a dinâmica capitalista excluir, *in limine*, parte substantiva da força de trabalho existente no mercado, já que a inovação tecnológica implica, necessariamente, na substituição de homens por máquinas, descartando-os. No fundo esse processo se traduz no trabalhador aviltado, que não compreende a dinâmica da máquina de triturar que o eviscera. Temos aqui, portanto, o que hodiernamente nominamos por *downsizing* que é o desemprego tecnológico característico do modo de produção capitalista, discutido desde o século XIX. Por outro lado, a demanda da elite é ilimitada. Neste sentido a produção de mercadorias voltadas para o consumo conspícuo dos ricos seria a solução dinamizadora desta economia conflitiva, contraditória e antagônica, devido ao fato incontestável de que o processo produtivo-consuntivo capitalista é excludente. Assim, os recursos disponíveis para dinamizar a sociedade produtora de mercadorias não poderiam e não deveriam ser totalmente utilizados na produção de bens de consumo indispensáveis à reprodução da classe trabalhadora sob pena de a sociedade sofrer crises de subconsumo e realização. Em consequência, parte substantiva desses recursos deveria ser desviada para a produção de bens de luxo.

De forma diferente e com a crueza que lhe era peculiar, mas no mesmo momento histórico, o inglês Robert Thomas Malthus (1821) está preocupado em criar mecanismos que possibilitem a dinamização da economia de mercado e, nesse sentido, sua atenção não está voltada para o desemprego, e, sim, para a questão da insuficiência de demanda de bens de consumo no capitalismo, o que explicaria suas crises, pondo em perigo a continuidade do sistema. O problema para o pensador inglês não é o desemprego, e, sim, propor remédios que garantam a sobrevivência deste modo de produção.

Para Malthus, o Estado deveria contratar trabalhadores improdutivos para preencher o vazio da demanda. Seu diagnóstico da economia fundada no capital é claro:

existe uma insuficiência crônica de demanda de bens de consumo. Para ele não se trata de distribuir renda, esse não é o objetivo do capitalismo, já que a desigual distribuição desta é imanente e necessária à dinamização econômica. A solução malthusiana para as crises capitalistas está assim posta:

O conhecimento dos efeitos dos consumidores improdutivos sobre a riqueza nacional leva-nos a ter mais prudência em nossos esforços de reduzir seu número.

Obras públicas, abertura e manutenção de estradas e a tendência das pessoas de posses a aumentarem os seus bens e a manterem mais empregados domésticos são os meios mais diretos ao nosso alcance para restaurar a demanda de trabalho [...].

[...]. Sem grandes gastos por parte do governo e sem uma conversão frequente de capital em renda, a grande produtividade obtida pelos capitalistas, atuando sobre a menor capacidade aquisitiva dos detentores de rendimentos fixos, não deixaria de ocasionar uma saturação ainda maior de mercadorias do que a que percebemos neste momento (Malthus, 1996, p. 229).

Fica claro que para Malthus a crise capitalista é devida à insuficiência de demanda de bens de consumo e esta não se resolve e nem pode ser resolvida por intermédio da maior distribuição de renda. A solução para ele seria o governo contratar trabalhadores improdutivos, pois esta ação elevará a demanda sem aumentar a oferta, já que se terá um maior número de pessoas empregadas sem que seu trabalho produza a riqueza capitalista par excellence: a mercadoria.

O mundo liberal entra em crise definitiva, no ano de 1929, pelo esgotamento das possibilidades de desenvolvimento incrustadas nos dois departamentos acima aludidos. A saída para o mundo do capital em crise é a assunção, pelo Estado capitalista, da demanda agregada ($D I + D II$) que se apresentava insuficiente, conforme diagnóstico keynesiano, que tem sua gênese em Malthus e porque não dizer também em Sismondi já que temos neste autor, in nuce, o princípio da insuficiência da demanda efetiva.

Para o malthusiano Keynes, o Estado tem que complementar a demanda que se encontra combatida por causa da distribuição capitalista da renda, uma vez que o processo de reprodução ampliada dispensa trabalhadores e a massa salarial diminui, provocando as crises de subconsumo e realização. Dessa forma, o Estado passa a consumir no lugar dos trabalhadores assalariados. Os gastos estatais são com produtos bélicos, espaciais, gastos *wholly wasteful* e não parcialmente dissipadores. Assim, a proposta keynesiana é implementada no lugar da teoria

neoliberal.⁴

3 CONCLUSÃO: MUNDO UNIPOLAR EM AGONIA E A VIOLÊNCIA SE SOFISTICA

O mundo que se soergue pós-crise é um mundo fundado na produção de não-mercadorias – não-meios-de-consumo e não-meios-de-produção (Campos, 2016a). Para que o capitalismo pudesse “marchar”, não deixar que “a bicicleta parasse”, a estrutura produtiva modificou-se: passou a ser tri departamental. O departamento III, produtor de não-mercadorias, é que vai capitanear a economia a partir de então. A mudança será radical, e a classe trabalhadora irá pagar com seu suor, sangue, sindicatos, partidos e movimentos sociais os momentos fugazes de crescimento e a crise que violentamente explode em todas as vísceras do mundo do capital. A classe trabalhadora passa a ser negada, assim como as instituições que tratam dos direitos trabalhistas. Agora os trabalhadores são PJs e, portanto, patrões, patrões de si mesmos. O fetichismo atinge seu auge.

Sob a óptica marxista, o capitalismo é o mais revolucionário e transformador modo de produção até hoje existente. Ele tem que revolucionar constantemente as forças produtivas, as relações de produção, os valores sociais, mas será, a partir de 1929, que essa “pulsão” erótica do capital se transforma em tanática – ao invés de taxas de acumulação crescentes e de aumento do emprego, do PIB, da renda nacional, da renda per capita –, o crescimento das forças produtivas tem que ser contido, paralisado, freado para que o vetusto enfermo sobreviva por mais algum tempo. Nesse sentido, apõe o maior ideólogo-economista do século XX:

Nem sequer o desvio mais notável para a ação social centralizada em grande escala – a conduta da última Guerra – encorajou os reformadores ou desfez preconceitos antiquados. É verdade que haveria muito a dizer de ambos os lados. A experiência da Guerra na organização da produção socializada deixou alguns observadores mais próximos com um otimismo ansioso de reproduzi-la em tempos de paz. **O socialismo de guerra, sem dúvida, alcançou uma produção de riqueza numa escala muito maior do que a já conhecida em período de paz, pois, embora os bens e serviços produzidos se destinassem à extinção imediata e inútil, eles não deixavam de representar uma riqueza.** Não obstante, a dissipação de esforços também

4. Logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, numa reunião convocada por Friedrich Hayek, um grupo de intelectuais conservadores (entre eles Karl Popper, Milton Friedman, Ludwig von Mises, Lionel Robbins etc.), percebendo a avalanche keynesiana que se aproximava, da qual o New Deal, de forma involuntária, tinha sido uma boa amostra, resolve partir para a ofensiva, visto que o ambiente que, a largos passos, ia se desenhando no mundo ocidental era completamente hostil (na visão deles) ao desenvolvimento de uma sociedade inteiramente organizada pelo mercado. [...] Mas o vento da História soprava contra essa meia dúzia de pregadores, de modo que suas ideias ficaram engavetadas por pelo menos três décadas”. PAULANI, Leda. O governo Lula é alternativa ao neoliberalismo?. In: PAULANI, Leda. **Brasil delivery**. São Paulo: Boitempo, 2008. p. 67-68.

foi prodigiosa, e a atmosfera de desperdício e de negligência com os custos era repugnante para os espíritos parcimoniosos e prudentes (Keynes, 1984 a, p. 118, grifo nosso).

Será o departamento III da economia, detentor da produção improdutivo-destrutiva, que dinamizará o setor serviços, o terciário. Este crescerá de forma exponencial juntamente com a produção bélica, o que caracteriza, de forma insofismável, a prevalência da demanda estatal para a dinamização da economia capitalista. O setor terciário é não produtor de valor, não produtor de excedente econômico, não produtor de mais-valor, portanto, não é produtor de riqueza. O trabalho aí desenvolvido é caracterizadamente trabalho improdutivo. Ao mesmo tempo cresce e se desenvolve o setor bélico, cujo trabalho é, claramente, destrutivo e, *pour cause*, não criador de valor e de mais-valor. Só a contabilidade canhestra, anêmica, neoliberal tem a desfaçatez de computar como riqueza a produção bélica, a produção da guerra, a produção da destruição. Dito de outra forma, a saída vislumbrada por Keynes é garantir a demanda para as mercadorias que não encontram compradores no mercado e, *pari passu*, frear o desenvolvimento das forças produtivas em favor do desenvolvimento das forças improdutivo-destrutivas. O endividamento público financiou tanto a guerra quanto os vinte e cinco gloriosos anos de crescimento capitalista. Nesse sentido, não restam dúvidas quanto ao fato de que a dívida pública funcionou positivamente para o processo de acumulação do capital nesse período.

O genial Lord Keynes, em seu diagnóstico da crise por que passava a economia capitalista, homogeneizou a demanda de bens de consumo à demanda de bens de investimento. Ao fazê-lo, diagnosticou a crise como sendo de insuficiência de demanda efetiva, então a solução estaria em mais investimentos por parte dos capitalistas. Dessa forma, esconde que a crise se deve à insuficiência de demanda de bens de consumo, como bem determinara Marx. Os investimentos propostos por Keynes não visavam a um aumento dos bens de consumo (até porque as prateleiras estavam repletas de mercadorias encalhadas no mercado) e, sim, a garantir a sobrevivência deste Matusalém que é o capitalismo. Dessa forma, sua proposta foi a do deslocamento do Estado da esfera da produção para a da circulação. Assim, o governo utilizaria o dispêndio público para fazer despesas completamente e não parcialmente dissipadoras (Keynes, 1970b, p.129) no lugar de coisa melhor. O Estado como consumidor monopsônico passa a ser o responsável pela dinamização da economia. Os vinte e cinco gloriosos anos estavam assentados na demanda do Estado junto ao complexo militar-industrial, aos produtores de artefatos espaciais,

à produção de estradas duplas, hidrelétricas, superinfóvias, ao espetacular crescimento do setor terciário etc.

Nesse sentido, o DIII se desenvolverá exponencialmente a partir de 1929. O Estado que se desenvolve a partir de então é o do Bem-Estar Social, corretamente denominado *well/welfare state* (O'Connor, 1977). A dinâmica deste Estado é fundada na emissão de moeda-estatal e endividamento público, proporcionando um sensível desenvolvimento da economia capitalista. Diferentemente do que é costumeiramente propalado pelos meios de comunicação de massa, tanto a inflação quanto o endividamento público são fundamentais para o desenvolvimento do mundo do capital que ocorre pós-crise de 1929.

O setor bancário, no caso brasileiro, continuou e continua a se apropriar das maiores taxas de lucro da economia brasileira. Esse fato, por sua vez, denota a opção do atual governo, qual seja, administrar a crise do capital e, nesse sentido, fica clara a política de prevalência aos parasitas do setor financeiro em detrimento das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do trabalho. Naturalmente, as consequências de tais políticas foram danosas para parte ponderável da sociedade.

É interessante, entretanto, observar que desde Fernando Henrique Cardoso até Lula III os governos nacionais seguiram, religiosamente, a cartilha do FMI no que diz respeito à compreensão do fenômeno inflacionário e seu remédio. Para esta instituição multilateral, a inflação seria um produto de excesso de massa monetária e não um produto de conflito distributivo. Esse fato faria com que os preços das mercadorias subissem por causa da insuficiente oferta, já que haveria demasiada demanda, devido ao excesso de massa monetária.

Nesse sentido, ratifica,

O FMI é monetarista, isto é, finge achar que a inflação é um fenômeno monetário e que, por isto, basta enxugar, reduzir a quantidade de dinheiro, a base monetária, para que a demanda monetária e a taxa de inflação caiam.

Os estruturalistas/marxistas, afirmam que as irracionalidades, tensões e contradições existentes na produção, na distribuição e no consumo se refletem nos preços e na moeda, provocando a inflação e determinando sua taxa (Campos, 1991c, p. 58).

Essa visão é reiterada pelos porta-vozes da elite financeira nacional e internacional

malgrado a economia brasileira ser claramente pré-falimentar, na qual parte substantiva da população passa fome. Nesse sentido, a solução mágica é o aumento da taxa de juros que, segundo os ideólogos de plantão, corrigiria o excesso de demanda. Não por acaso a SELIC se encontra, em pleno governo Lula, no estratosférico patamar de 15%.

Na verdade, o que está pressuposto, mas não posto nessa política, é que se visam duas coisas, a saber: 1 - retirar parte considerável dos recursos da classe trabalhadora que se encontra endividada junto ao mercado financeiro para, ao mesmo tempo; 2 - garantir o aumento da remuneração dos parasitas que vivem do Brasil cassino. Ela, classe trabalhadora, pagará, com a fome e sede, os rendimentos auferidos pelos especuladores bursáteis. Há, aí, uma transferência de renda, às avessas. Com as elevadas taxas de juros, os títulos da dívida têm rendido excelentes dividendos aos especuladores bursáteis.

Nesse sentido, podemos afirmar que a inflação não é, de forma alguma, um monstro abstrato que paira sobre a sociedade. Na realidade ela é um produto das relações sociais de produção que subjazem no modo de produção capitalista. A inflação, entretanto, afeta de maneira diferenciada e desigual as duas classes sociais fundamentais do capitalismo: a burguesia e o proletariado. Nesse sentido,

A elevação geral de preços significa que os capitalistas aumentaram suas receitas em decorrência da venda de suas mercadorias a preços mais elevados e não aumentaram seus custos porque os salários nominais permanecem os mesmos. Logo, a inflação é um mecanismo de elevação de lucros e de redução de salários. Enquanto a sociedade se estruturar nas relações entre capitalistas e trabalhadores assalariados, a inflação será uma benção para os primeiros e uma desgraça para os últimos (Campos, 1991c, p. 57).

É evidente que diante da inflação e considerando que a burguesia detém o controle dos meios de produção e de subsistência, esta classe tem o poder para reajustar os preços das mercadorias visando preservar e/ou ampliar sua rentabilidade. Enquanto isso, os salários dos trabalhadores tendem a permanecer estagnados, o que resulta na perda de poder aquisitivo da classe proletária. Dessa forma, há uma transferência de renda dos trabalhadores para os capitalistas o que, por sua vez, eleva a taxa de lucro dos últimos. Essa relação de poder que se põe efetivamente no solo da reprodução ampliada do capital é concretamente invisível, mas sentida na pele pela classe trabalhadora, se constituindo assim em mais uma violência perpetrada pelo sujeito capital. Nesse sentido, a inflação implica em relações

de poder dentro da sociedade dominada pelo capital. A mutação ocorrida no processo sociometabólico capitalista é, então, notável. Durante o século XIX até início do seguinte, o crescimento das forças produtivas se constitui na fase positiva do mundo do capital, em que a produção de mercadorias conhece sua diversificação e desenvolvimento fundados em um mundo bidepartamental. Em 1929, a produção capitalista se interverte e, então, a fase negativa do ciclo passa a ter prevalência, já que o Departamento III passa a dominar a dinâmica econômica. Nesse sentido, a produção improdutiva e destruidora (na qual predominam os trabalhos improdutivo-destrutivos) passa a capitanear o processo de acumulação do capital na contemporaneidade. As consequências se tornam devastadoras para a sociedade quando essa nova dinâmica entra em crise como atualmente. No momento em que a produção de não-mercadorias não mais serve para solucionar, mesmo que provisoriamente, o desenvolvimento tortuoso do modo capitalista de produção, o mundo unipolar entra em agonia e, num *tour de force*, recorre à violência bélica como protetora de sua hegemonia em acentuada derrocada. É o caso das guerras terceirizadas: Rússia x Ucrânia, Israel x Oriente Médio e, quem sabe, Taiwan x China. O império americano, em franco estertor, mostra suas vísceras financiando essas guerras e o genocídio perpetrado em Gaza pelos sionistas israelenses.

O desenvolvimento dos anos dourados foi feito por meio da emissão de moeda-estatal e endividamento público, em que o Estado passou a contratar trabalhadores improdutivo-destrutivos, que não criam nenhum átomo de valor; em compensação, demandam mercadorias. Nesse sentido, *“o limite do capital é o próprio capital”* (Marx, 2009d, p. 321).

A crise do mundo do mundo do capital é completa, visto que o mundo bi departamental produtor de mercadorias teve, como saída transitória, a produção de não-mercadorias. Atualmente a crise se processa nos três departamentos da economia, inclusive gerando a probabilidade de a humanidade se defrontar realmente com uma guerra nuclear financiada pelos EUA, império em decadência, visando a manutenção de seu domínio. O endividamento público de dinamizador da economia capitalista se interverteu, transformou-se em crise, crise da dívida.

A violência contra os trabalhadores é hoje múltipla se considerarmos que os direitos humanos, os direitos trabalhistas, previdenciários, a educação, a cultura e mesmo a democracia estão sendo atacados em todo o mundo unipolar. Não

podemos olvidar o fato de que a imensa maioria da população trabalhadora não possui “bagagem” suficiente para discernir, relacionar e mesmo ver os dados apresentados pela burocracia estatal. Restar na ignorância e na luta pelo pão de cada dia parece ser a sina desse contingente populacional, como já assinalava o autor da fábula das abelhas no excerto a seguir:

Assim como se deve velar para que os pobres não morram de fome, não devem receber nada que valha a pena poupar. [...] Mas a todas as nações ricas lhes interessa que a parcela maior dos pobres nunca esteja inativa e, sem embargo, que gastem continuamente o que percebem.... Os que ganham a vida com seu trabalho diário [...] não têm nada que os acicate para ser serviçais, salvo suas necessidades, que é prudente mitigar, mas que seria insensato curar. [...] Do que expusemos até agora se depreende que em uma nação livre, onde não é permitido ter escravos, a riqueza mais segura consiste em uma multidão de pobres trabalhadores. [...] Para tornar feliz a sociedade” (que, naturalmente, se compõe de não trabalhadores) “e para contentar ao povo ainda em sua mísera situação, é necessário que a grande maioria siga sendo tão ignorante como pobre. O conhecimento amplia e multiplica nossos desejos, e quanto menos deseja um homem tanto mais facilmente podem satisfazer-se suas necessidades (Mandeville, 2008e, p. 763 apud Marx, tradução nossa, grifo nosso).

Perguntado certa vez sobre o que é a essência da vida, Marx respondeu: “a vida é luta”. Finalizamos esta exposição gritando em uníssono com os trabalhadores a rebeldia de Guevara: “sejamos o tormento daqueles que querem roubar nossos sonhos.”

REFERÊNCIAS

CAMPOS, L. Mecanismos de produção da ideologia. In: CAMPOS, L. **A crise da ideologia keynesiana**. São Paulo: Boitempo, 2016a.

_____. **A crise completa – a economia política do não**. São Paulo: Boitempo, 2001b.

_____. **O PT frente à crise do capitalismo**. Brasília, DF, 1991c.

KEYNES, J. M. O fim do laissez-faire. In: SMRECSÁNYI, Tamás (org.). **Keynes**. São Paulo: Ática, 1984a.

_____. **Teoria Geral do emprego, do juro e do dinheiro**. Brasil; Portugal: Fundo de Cultura, 1970b.

MALTHUS, T. R. **Princípios de economia política e considerações sobre sua aplicação prática; Ensaio sobre a população**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. 382 p. (Os economistas).

MANDEVILLE, B. (1723). **A Fábula das Abelhas, ou Vícios Privados Benefícios Públicos**. Tradução de B. C. Simões. São Paulo: Ed. UNESP, v. 1, 2017a.

MARX, K. **Contribución a la crítica de la economía política**. México: Siglo XXI, 2008a.

_____. Fragmento de la versión primitiva de la contribución a la crítica de la economía política. In: MARX, K. **Contribución a la crítica de la economía política**. México: Siglo XXI, 2008a.

_____. **El capital**. México: Siglo XXI, L. II, T.II, Vol. 4, 2008c.

_____. **El capital**. Argetina: Siglo XXI, L.I, T. I, Vol. I, 2009b.

_____. **El capital**. México: Siglo XXI, L. III, T.III, Vol. 6, 2009d.

O'CONNOR, J. **A crise do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PAULANI, L. O governo Lula é alternativa ao neoliberalismo?. In: PAULANI, L. **Brasil**

Delivery. São Paulo: Boitempo, 2008.

SCHUMPETER, J. **Histoire de l'analyse économique.** Paris: Gallimard, V. II, 1983.